

Empregados do comércio e trabalhadoras sexuais na formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro da virada dos séculos XIX e XX

Fabiane Popinigis *

Nosso objetivo neste artigo é estabelecer conexões entre as experiências sociais de trabalhadores do comércio e prostitutas a partir de disputas sobre noções de masculinidade em situações de trabalho e lazer no Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX. Trabalhadores não especializados, que raramente encontramos organizados em associações sindicais ou em relatos de militância, eram parte significativa da classe trabalhadora na capital brasileira no período. Argumentamos que seus momentos de diversão eram fundamentais para a articulação e expressão de suas identidades de classe.

A reforma urbana do prefeito Pereira Passos (1902-1906) não apenas destruía edifícios e ruas, mas fazia também daquele cenário empoeirado e quente a arena de conflitos sociais e culturais. Para muitos homens letrados, o caminho que os levaria à civilização européia seria o mesmo que os livraria da herança cultural africana e de certos traços culturais da classe trabalhadora; o estímulo à imigração européia favoreceria um embranquecimento da mestiça população brasileira. Os primeiros governos republicanos recrudesceram a vigilância e o controle sobre práticas e tradições populares. Não era por acaso que um dos principais alvos da fúria demolidora de Passos e seus antecessores republicanos foram os cortiços e outras habitações coletivas. Estes haviam sido locais de encontro e moradia em que os trabalhadores negros articularam suas lutas pela liberdade nas décadas anteriores à abolição da escravidão. Depois disso, esses lugares continuaram sendo importantes âmbitos de sociabilidade e solidariedade de ex-escravos e trabalhadores pobres em geral, constituindo espaços de relativa autonomia e redes de proteção até o início do século vinte. (CHALHOUB: 1990)

Este passado de lutas confere à reforma urbana nos primeiros anos do século XX um sentido político inequívoco: além de criar uma capital republicana civilizada e higiênica, a “guerra” teria como consequência desarticular estas redes de convivência e solidariedade e enfraquecer uma cultura política arduamente construída entre os brasileiros pobres. Bares, botequins e casas de secos e molhados eram parte importante deste cenário. Era ali que os trabalhadores se reuniam em seus momentos de descanso, ou suas escapadelas do trabalho, e faziam sua crônica do cotidiano.

* Professora da Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC

Caixeiros de botequins ao servir homens e mulheres diariamente, presenciavam uma variedade de encontros e relações sociais, frequentemente delas participando. Estranhamente, porém, eles pouco foram estudados como parte da classe trabalhadora. A maioria das abordagens da historiografia brasileira tende a descartá-los por sua suposta falta de consciência de classe e irrelevância para os movimentos sociais. Partimos aqui, ao contrário, do pressuposto de que esses empregados partilhavam parcelas significativas das experiências dos trabalhadores urbanos do Rio de Janeiro. (POPINIGIS:2007) Também as prostitutas apenas recentemente têm sido tratadas pelo viés da história do trabalho, e não apenas pela história da sexualidade. (GILFOYLE: 1999, WHITE: 1990, PUTNAM: 2002)

Abordar as prostitutas e os trabalhadores do comércio em conjunto é, portanto, uma estratégia que nos leva à uma interseção da história do trabalho e da sexualidade, enfatizando a dimensão de suas vidas e ações que foram fundamentais para que certos trabalhadores urbanos afirmassem suas identidades de classe.

Tendo em vista esses objetivos partiremos de uma aproximação dos trabalhadores do comércio e das prostitutas do centro da cidade no contexto das mudanças nas relações de trabalho que caracterizaram a virada para o século XX; desdobraremos esta análise numa reflexão sobre os significados de gênero presentes nos usos da metáfora da escravidão para descrever a exploração sofrida por estes dois grupos de trabalhadores; e finalmente, nos concentraremos nos conflitos que às vezes estes encontros provocaram, registrados em processos criminais de agressões físicas leves.

1. Prostitutas e caixeiros no Rio de Janeiro republicano

Desde o início do século XIX, chegavam imigrantes portugueses que vinham muito jovens para trabalhar na casa de patrícios, algumas vezes familiares e muitas outras conhecidos de seus pais. (ALENCASTRO: 1998) O trabalho nessas casas de comércio tinha um misto da relação entre artesão e seus aprendizes, num limite muito tênue com a situação do escravo. Se por um lado, o jovem branco que fosse capaz de se instalar numa casa de comércio, aprender matemática e idiomas teria a chance de se beneficiar da “boa vontade” de seu patrão e começar um negócio próprio, por outro, até que isso ocorresse – se ocorresse -, o empregado experienciava uma rotina de trabalho extenuante, insalubre e mal paga, quando remunerada. (MARTINHO: 1998) Ou seja, sem contrato de trabalho formal e muito próxima, a relação entre patrão e empregado nas pequenas casas comerciais ao longo do século XIX era pautada pelos limites de autonomia que a exploração permitia. Era parte de uma lógica de dominação

senhorial construída durante a experiência da escravidão que foi reorganizada após a abolição com a interferência dos governos republicanos, sempre conservando em seu cerne os padrões de dominação paternalista. (SCOTT:1990)

No entanto, a brecha deixada pela crise da escravidão possibilitou a explicitação dos conflitos de classe de uma maneira nova, e a grande questão que se colocava para os poderes públicos era encontrar maneiras de disciplinar e regulamentar as relações de trabalho sem acirrá-los. Para os proprietários, habituados que estavam a obedecer às suas próprias leis, aquilo era uma catástrofe, uma afronta, uma intervenção descabida. Nesse ínterim, vários grupos de trabalhadores que estiveram sujeitos à mais estrita dominação pessoal reconheciam uma nova maneira de reivindicar seu próprio espaço. Finalmente, o desafio dos governos republicanos passou a ser reprimir as manifestações explícitas de autonomia cultural e política que, evidentemente, não se haviam criado do dia para a noite, mas que agora procuravam assumir outras formas de representação.(BATALHA: 1999)

Este aumento da imigração europeia também permitiu a consolidação de estereótipos que combinavam componentes de gênero e raciais, na caracterização do trabalho sexual. A crescente visibilidade de mulheres brancas europeias, misturadas às mulatas e negras brasileiras nas ruas do Rio, foi acompanhada da consolidação de estereótipos da prostituta francesa – personificação da mulher elegante, cosmopolita e civilizada – e da polaca – associada à mulher miserável, rural, e vulnerável a enganos e violências. Esta polarização estrategicamente silenciava sobre a maioria de prostitutas brasileiras, mestiças e negras, e a atração que elas exerciam sobre uma variedade de homens brasileiros. Apesar dessa realidade, prevaleceu no período a associação entre imoralidade sexual de mulheres e homens estrangeiros. (RAGO: 1985, KUSHNIR: 1996, CAUFIELD: 2000)

No caso do comércio, a ocupação dos cargos era feita por portugueses em sua quase totalidade em meados do século XIX. O estereótipo do português usurário, e do comerciante que roubava nos pesos e nas medidas era talvez tão forte quanto seu oposto, o de que imigrantes portugueses aceitavam trabalhos miseráveis que os nacionais se recusavam a fazer. No início do século vinte a composição já havia mudado bastante, e os brasileiros disputavam os empregos no comércio em igualdade com os lusos. A maior parte dos pequenos proprietários, entretanto, continuaria sendo de portugueses. (RIBEIRO: 2002)

A crescente intervenção do Estado na vida urbana e nas relações de trabalho afetou de modo direto e violento a vida das prostitutas que ocupavam cômodos no centro da cidade – e dos comerciantes que estavam ligados a elas, de várias formas. A partir dos últimos anos do século XIX, em especial com a proclamação da república em 1889, esta intervenção se

traduziu numa crescente autonomia policial para intervir na visibilidade, localização e costumes destas mulheres, o que terminou afetando não apenas suas vidas e formas de trabalho, como também a de seus vizinhos e clientes. Até o fim do século XIX, era comum encontrar prostitutas às janelas de casas localizadas nas proximidades dos teatros e principalmente nas ruas por onde passavam bondes. Estas ruas foram as primeiras a sofrer com as expulsões republicanas, com o intuito de organizar a promiscuidade entre as prostitutas e as “famílias honestas”. Olhando mais de perto, porém, fica evidente que havia acordos que organizavam a divisão do espaço urbano e mesmo do espaço interno das casas, nos quais os comerciantes da região, donos das casas de cômodo, jogavam um papel crucial. Era este tipo de acordo que as campanhas de moralização dos delegados do centro da cidade vinham desarticular, ora expulsando as mulheres, ora abrindo processos de lenocínio contra os donos das casas. (PEREIRA, 2007)

Os conflitos entre prostitutas e autoridades policiais, entre caixeiros e seus patrões, entre prostitutas e negociantes que procuravam tirar vantagem de seus ganhos davam-se dentro de uma certa lógica paternalista e pessoal que organizavam as relações sociais e a crescente intervenção do Estado que se fazia presente nas vidas destas pessoas. Era, portanto, um cenário de instabilidade e mudanças em que se davam os encontros que vamos abordar.

2. Trabalhadores honestos

As disputas e solidariedades mobilizadas entre trabalhadores jovens e prostitutas em locais de diversão foram registradas com frequência em processos-crime. Os locais de trabalho que eram também a moradia de muitos caixeiros com pouca ou nenhuma especialização, eram ponto de lazer para homens de diferentes classes sociais. Através dos encontros com diferentes mulheres, muitas das quais associadas à prostituição por sua mera presença nestes locais, múltiplas masculinidades eram performadas. As mulheres, por sua vez, jogavam um papel crucial nas relações de poder e nas hierarquias entre eles. Embora este fosse um período em que diversões, como os teatros, cafés cantantes, cinematógrafos, e mesmo as publicações mencionadas, fossem cada vez mais acessíveis para uma quantidade cada vez maior de homens, elas não apagavam as diferenças sociais entre eles. Longe disso.

O termo “empregado no comércio” é vago, e podia referir-se a pessoas tão diferentes como Pascoal Lablanca e Casemiro Menezes Júnior. O primeiro, um italiano de 31 anos, era uma espécie de gerente da *Pension Universelle Italienne*. O outro, um autodenominado

“trabalhador do comércio” - de trabalhador não tinha nada: Menezes vivia com o pai, o comendador Casemiro de Menezes, no elegante bairro de Santa Tereza e havia morado algum tempo num quarto da pensão, com uma das moças que ali habitavam, sem no entanto nunca ter pago suas contas. O moço trabalhara anteriormente no escritório da *Light* – o que indicava sua presente condição de não trabalho. Apesar das diferenças, tanto Lablanca como Casemiro se denominaram empregados no comércio. (Arquivo Nacional: OI2660)

Lablanca respondia a um processo crime, acusado de ter espancado Menezes. O motivo teria sido a ida deste último à Pensão Universal, visitar uma das mulheres ali residentes. Lablanca o havia expulsado da pensão por não ter pago suas contas quando ali habitou, e o proibira de retornar. Nesse dia enfureceu-se, pois o rapaz se recusava a acatar sua decisão e ainda o chamara de “cáften e bandido”. Os dois homens se atracaram, tendo várias testemunhas dito que Lablanca agarrava Menezes pelo pescoço, “a ponto de sufocá-lo”. O acusado argumenta legítima defesa porque o indesejado visitante recusava-se a se retirar.

Todas as notícias anexadas ao processo condenavam Lablanca como o mais grosseiro espécime: “homem de maus precedentes, rancoroso e vingativo”. “Cheio de ira, volumoso, vermelho, atirou-se ao simpático moço”, que era “morigerado e de família distinta, mas que, pela sua compleição física, não pôde lutar com o paquiderme do pseudo proprietário.” E finalmente, uma nota referindo-se a Lablanca explicava o seguinte: “Há tipos que, pela grosseria inata de sua natureza, pela grossa brutalidade que resulta de todos os seus atos, são verdadeiramente indignos de conviver mesmo no meio da classe menos civilizada e mais grosseira da sociedade.”

Imediatamente imaginamos o encarregado “grosseiro”, em contato com as mais desagradáveis tarefas e o trabalho menos dignificante aos olhos dos jornalistas que escreviam suas notas, podendo mesmo, em certas circunstâncias, ser associado à prática de castigo. A marca do trabalho manual, indigno, ainda cheirando à escravidão, era o corpo musculoso de Lablanca. Do outro lado, o franzino e senhorial ex-caixeiro de escritório (trabalho supostamente intelectual especializado), não ganhava o pão com o suor do próprio rosto. A “boa família” à qual Menezes pertencia lhe valeu o apoio da imprensa, enquanto Lablanca tinha sua ação questionada com base numa versão de masculinidade bruta e irracional.

Mas defesa escrita do advogado de Lablanca e os testemunhos de três italianos (onde fica claro o alinhamento dos patrícios), dois deles alfaiates nos informam sobre os interesses e estereótipos que estavam sendo utilizados na construção do “monstro” Lablanca. Afirmaram que “o acusado é de bom comportamento, trabalhador e sempre honesto”, reiterando também que Menezes havia sido avisado para não aparecer mais ali e que agredira Lablanca,

chamando-o de “cáften e bandido”. Portanto, se Menezes era moço de boa família e bem relacionado, Lablanca era trabalhador e honesto.

Para os que defendiam Casemiro, sua proximidade e convivência com essas “mulheres de vida fácil” e que tinham o status de bailarinas e atrizes era algo para se orgulhar, parte da vida de dandy desse afortunado rapaz. Já a defesa de Lablanca revela algo a que raramente temos acesso, pois que é provavelmente o ponto de vista de um trabalhador sobre a vida fácil de Casemiro. Este como que paira sobre as regras que regem o cotidiano daqueles homens: ele come, bebe e se diverte às custas de outros trabalhadores, no caso Lablanca e a criada.

Assim, as mulheres jogavam um papel central nestas histórias, não só por interferir simbólica e concretamente nas hierarquias entre homens que ocupavam diferentes lugares nas hierarquias sociais, mas também porque estes âmbitos de sociabilidade masculina tinham significados específicos para elas, numa mistura de lazer e trabalho. Como no caso da caixeira Maria da Conceição, para quem trabalhar no comércio da diversão significava reivindicar um espaço de autonomia em meio a um âmbito onde o trabalho feminino era sistematicamente entendido como exploração sexual.

Recém chegada de Portugal, Maria, então com 33 anos, teria pedido “proteção e amparo” (nas palavras dele) ao conterrâneo Augusto Sande, de 28 anos, que estava no Brasil havia onze meses e trabalhava no comércio. Sande conhecia Maria desde Portugal, como “moça trabalhadeira e regularmente comportada” e que, por pouco mais de três meses, ela trabalhou com costuras de roupas brancas em casa. Infelizmente para ele, Maria travara contato com mulheres “de mau comportamento”, que a convenceram a trabalhar como caixeira de uma casa de chopps no centro do Rio, posição esta que era “sabidamente pouco honesta”.

No dia 14 de novembro de 1911, Maria chegara tarde em casa, por volta de duas da manhã, em companhia de duas mulheres “duvidosas” e um outro homem, com o qual conversava e ria “com grande algazarra”. Sande teria visto o grupo da janela de casa e temeu que Maria, “um tanto embriagada”, pudesse ser “açulada por suas companheiras” e “levada” pelo homem que as acompanhava. Mesmo assim, nega que a tenha espancado Maria, afirmando que tentara “brandamente” convencê-la a entrar, mas ela se atirou no chão “como uma possessa”. (Arquivo Nacional, OI2646)

Ambos eram imigrantes e foram se juntar ao enorme contingente de portugueses que trabalhava no comércio carioca. Ele trabalhara no *Parc Royal* e no período do processo trabalhava já na *Casa Colombo*, desde então uma das mais conhecidas e freqüentadas

confeitarias do Rio de Janeiro. Este era reconhecidamente um bom posto, e um forte argumento para afirmá-lo como “trabalhador e honesto”. No caso de Maria, o próprio trabalho – o mesmo do amásio - a detratava.

O que salta aos olhos no argumento de defesa de Sande é a insistente tentativa de reafirmar a falta de vontade própria de Maria, que agia sempre por (“má”) influência alheia, como quando foi “convencida” a trabalhar na casa de chopps. Quando ele temeu que sua companheira “fosse” com o homem com quem conversava, era porque suas “más conselheiras [...] talvez pretendiam” que aquele “a levasse consigo”. Sande parecia estar convencido (ou tentava se convencer ou aos outros homens) de que ainda que Maria se decidisse a passar a noite com outro homem, não seria por decisão própria. No seu depoimento, Maria disse que quando voltava do trabalho parou para conversar com um amigo que encontrou na rua, quando seu amásio chegou e a jogou ao chão com uma bofetada.

No inquérito, o empregado do foro que passava de carro e decidiu parar e denunciar a agressão foi bastante incisivo ao dizer que viu Sande espancar Maria. Perante o juiz, entretanto, ele relativizou suas afirmações, influenciado aparentemente por uma visão compartilhada de masculinidade e papéis de gênero: “na delegacia a própria ofendida confessou que era amante do acusado, com quem sempre pernoitava” e que “o fato fora motivado por ela ter conversado com intimidade com um freqüentador da casa de chopps, onde era empregada.” A testemunha reafirmou que vira o espancamento “a socos e pontapés”, mas o fato de que Maria vivia com Sande e estava na rua conversando com outro homem - além de ser empregada de uma casa de chopps - parecia ser suficiente para justificar a agressão. Mesmo que tenha mudado seu depoimento por instrução do advogado de Sande, esta testemunha evidenciava um sentido comum no período sobre os limites da intervenção do Estado em dimensões privadas das vidas das pessoas – dimensões em que um homem deveria ter autonomia para controlar sua própria mulher.

Vemos, portanto, que apesar das dificuldades encontradas uma mulher como Maria podia freqüentar casas noturnas sem que ela exercesse, necessariamente, a prostituição. Apesar de estar ali a trabalho, Maria havia bebido e conversava com conhecidos, ou seja, divertia-se. Além disso, ela exercia a profissão de caixeira “sem necessidade para viver”, ou seja, porque queria. Maria parecia desafiar todas as expectativas de Sande, de que ela vivesse dependente de sua “proteção”, e ele estava visivelmente frustrado com aquela independência: tendo Maria demonstrado a intenção de trabalhar como caixeira, ele “proibiu que tal coisa se verificasse”. E não deixa de ser engraçado constatar que sua proibição foi tão “improfícua”.

Maria insistia em participar do mundo “masculino” de trabalho e lazer, enquanto Sande procurava mobilizar o discurso preconceituoso a respeito dos limites do comportamento feminino. (ESTEVEZ: 1989)

Maria estava longe de ser uma mulher indefesa, vulnerável e dependente da proteção de Sande. Ao tecer redes de proteção no país em que se estabelecera, ela buscava livrar-se de seu controle, contradizendo com suas ações as expectativas de Sande e muitos outros homens sobre mulheres como ela. Mas Maria não encontrava legitimidade para suas decisões, ao contrário. Para todos os homens mencionados ao longo deste artigo, seus empregos e ofícios fundamentavam seus status de homens honrados. Já para as mulheres, o status de trabalhadora no comércio, fosse uma casa de chopps, um café cantante ou uma loja de roupas fazia delas suspeitas de prostituição, mulheres sem controle ou pobres vítimas nas mãos de patrões ou amantes exploradores. Em qualquer caso, muitos homens viam em suas ações a necessidade de uma intervenção masculina “adequada” – fosse de representantes legítimos do estado, fosse de um amásio enciumado.

O que estes casos nos mostram é que esta intervenção “adequada” era objeto de constante negociação e disputa entre muitos homens. Lugares sociais tão distintos como bares, teatros, praças públicas, delegacias, e as páginas de publicações humorísticas, eram arenas da negociação da legitimidade da ação masculina. Neles, encontramos homens estabelecendo múltiplas associações entre noções de masculinidade e seus empregos e ofícios. Mobilizar para si mesmos, em situações concretas, uma noção “adequada” de masculinidade – que envolvesse ser racional, valente, autônomo, viril – parecia ser a única possibilidade para que eles pudessem ter suas ações e escolhas aceitas e reconhecidas como legítimas. Para os profissionais urbanos, para as autoridades republicanas que implementaram a reforma urbana, e para muitos homens ilustrados, infantilizar e feminizar a classe trabalhadora foi um recurso, não apenas no Rio de Janeiro, que lhes permitiu estabelecer controle social e intervir sobre suas vidas.

Mas os encontros e desencontros entre empregados no comércio e diferentes mulheres nos sugerem que certas versões de masculinidade também foram fundamentais para legitimar suas ações no espaço público, suas relações com outros homens e com essas mulheres. As associações entre masculinidade, status, e agência histórica constituem, portanto, um marco importante para analisar as participações e os interesses destes grupos. mulheres. O lugar privilegiado delas na disputa pela afirmação da agência histórica masculina lhes abriu uma

variedade de arenas de negociação e margens de ação – ainda que para isso elas tivessem que agir como objetos do desejo e da diversão dos outros.

Para muitos trabalhadores do comércio carioca, estas versões de masculinidade pareciam ser o que lhes permitia participar ativamente dos rearranjos de relações de poder pessoais e paternalistas em crise na virada para o século XX. Disputando o controle de mulheres ou estabelecendo relações hierárquicas com outros homens e mulheres, os trabalhadores do comércio são um caso esclarecedor de alguns dos contornos da complexa associação entre masculinidade e classe. Especialmente porque no caso deles, a identidade e a consciência de classe são assuntos tão difíceis de ser tematizados pela historiografia do trabalho. Analisadas à luz do gênero, experiências de trabalho e diversão destes homens são reveladoras das tensões do fazer-se de sua classe, sem as quais é impossível entender a racionalidade de suas ações e escolhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHALHOUB, Sidney; **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na corte**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, e Sidney Chalhoub, Gladys Sabina Ribeiro e Martha de Abreu Esteves: “Trabalho Escravo e Trabalho Livre na Cidade do Rio: Vivência de Libertos, ‘Galegos’ e Mulheres Pobres”, em: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, (55, 8/9, setembro 1984-abril 1985).

OLIVEIRA, Luis Eduardo de; “Os empregados no comércio de Juiz de Fora e a sua luta pelo descanso dominical (1880-1905)”.: **Anais do Primeiro Colóquio do LAHES**. Juiz de Fora - MG : LAHES/UFJF, 2005.

POPINIGIS, Fabiane; **Proletários de Casaca –Trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)**; Campinas, SP Editora da UNICAMP, 2007.

GILFOYLE, Timothy, “Prostitutes in history: from parables of pornography to metaphors of modernity”, **American historical review**, (vol.104, n.1, fevereiro 1999), 117-141; WHITE, Luise, **The Comforts of home: prostitution in Colonial Nairobi** (Chicago: University of Chicago Press, 1990), 2-10; PUTNAM, Lara, **The Company they kept: migrants and the politics of gender in Caribbean Costa Rica, 1870-1910**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2002.

ALENCASTRO, Luis Felipe de, “Proletários e escravos – Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro”, em: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, julho de 1998.

¹ MARTINHO, Lenira Menezes, **Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência**. Col. Biblioteca Carioca, v. 4. (Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993).

¹ SCOTT, J.C.; **Domination and the Arts of Resistance**. New Haven and London: Yale University Press, 1990.

CHALHOUB, Sidney; **Machado de Assis, Historiador** – São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BATALHA, Cláudio Moraes de; “Sociedade de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. **Cadernos AEL**. Campinas : UNICAMP, v. 6, n. 10-11, n. 10-11, 1999, p. 41-68.

Margareth Rago, **Os prazeres da noite prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo 1890-1930**, São Paulo, Paz e Terra, 1985.; Beatriz Kushnir, **Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua**, Rio de Janeiro: Imago, 1996.; CAULFIELD, Sueann, "O nascimento do Mangue: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942", **Tempo**, n.9, 2000.

¹ RIBEIRO, Gladys Sabina, **A Liberdade em Construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado.**, Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2002.

PEREIRA, Cristiana Schettini, **Que Tenhas Teu Corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

ESTEVES, Martha Abreu, **Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

C AULFIELD, Sueann; *Em Defesa da Honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.s